

GOLBERY E A MODERNIDADE BRASILEIRA

Alex Conceição Vasconcelos da Silva¹

Resumo

Sobre Golbery do Couto e Silva existem muitas referências e pesquisas acadêmicas, que contam a sua trajetória, principalmente após a instauração da Ditadura, em que fora o idealizador e primeiro chefe do Sistema Nacional de Informações, durante o governo de Castello Branco e, Ministro-Chefe da Casa Civil durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, pedindo demissão do ministério em virtude da não punição dos responsáveis pelo atentado do Riocentro em 1981, feito em represália a política de reabertura. No entanto, poucos estudos existem sobre o seu ideário, que de certo modo, desenvolveu-se durante a sua passagem na Escola Superior de Guerra, ocorrido entre os anos de 1952 e 1955. Fundamental para compreender a elite que governara o Brasil durante a Ditadura; não tem estudos sobre o pensamento, a visão de Brasil de Golbery. Neste artigo, iremos demonstrar, de forma introdutória, a sua formação intelectual, tendo como ênfase a presença do sociólogo húngaro Karl Mannheim em seu pensamento, no tocante a questão da Planificação como alternativa a então decadente laissez-faire, marcando dessa forma a sua visão de Estado e administração pública, representando um projeto de modernidade para o Brasil, indo de encontro ao que apontam as pesquisas realizadas em torno desse personagem, marcadas pela sua visão de Política Internacional. Mas, durante o seu apogeu (1974-81) ele fora Ministro da Casa Civil, sendo responsável, em princípio, pelo assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo na coordenação de ações de governo, inclusive de outros ministérios. Portanto, podemos inferir que as questões da política externa não eram as mais importantes para Golbery, e desde a sua estadia na ESG, o que mais o preocupava eram as questões da política doméstica.

Palavras-chave: Nação, Modernidade, Ideologia, Mentalidade

Abstract

About Golbery do Couto e Silva there are many references and academic researches that tell their history, especially after the establishment of the dictatorship, in which he was the founder and first head of the National Information System, during the government of Castello Branco and Minister - Chief of Staff during the administrations of Ernesto Geisel and Figueiredo, resigning from ministry because of not punishing those responsible for the attack RioCentro in 1981, made in retaliation for the reopening policy. However, few studies exist on their ideas, which somehow evolved during his tenure at the War College, which occurred between 1952 and 1955. Critical to understand the elite that had ruled Brazil during the dictatorship; has no studies on the thought, the vision of Brazil Golbery. In this article we will demonstrate, in an introductory way, their intellectual formation with the emphasis on the presence of the Hungarian sociologist Karl Mannheim in his thinking, regarding the issue of planning as an alternative to laissez-faire so decadent, thus marking their vision of state and administration public, representing a project of modernity to Brazil, going against that point to studies carried out around this character, marked by his vision of International Politics. But during its heyday (1974-81) he was Minister of Staff, is responsible, in principle, the direct advice of the Chief Executive in coordinating government actions, including other ministries. Therefore, we can infer that the foreign policy issues were not the most important Golbery, and since your stay in ESG, what most concerned were the issues of domestic politics.

Key-words- Nation, Modernity, Ideology, Mentality

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela CAPES. Orientado pelo Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho. E-mail: alexconceicao2004@gmail.com

Apresentação

Este artigo tem como objetivo analisar o projeto político-intelectual do Gal. Golbery do Couto e Silva (1911-1987), que atuou ativamente na esfera pública brasileira entre os decênios de 1950-80. Uma análise preliminar do pensamento de Golbery demonstra que ele fora sensivelmente influenciado por Karl Mannheim, acerca de sua teoria de desenvolvimento planejado, desenvolvido em duas obras: *Diagnostico do nosso tempo* (1940) e *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* (1951), cujo objetivo era o *planejamento para a liberdade*. Em Golbery, essa influencia é perceptível durante a fase em que lecionou na ESG (1952-1955), conforme podemos observar na análise de suas publicações: *Pensamento Estratégico* (1955) e *Geopolítica do Brasil* (1967), cujas bases foram as suas conferências como professor da ESG. O pensamento de Golbery representou a ala conservadora das forças armadas, assim como da burguesia brasileira daquele período, entrando em choque com governos progressistas, como o de Vargas (1951-54) e o de João Goulart (1961-64), tendo uma sensível participação no colapso do governo Vargas, tendo sido o principal redator do *Manifesto dos Coronéis*, em 1954; e do golpe de 1964, quando dirigia o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, além de ter sido ministro da Casa Civil durante os governos de Castello Branco, Geisel e Figueiredo. Nesse trabalho pretendo analisar, dentro da história das idéias, o projeto de modernidade defendido pelo Golbery, reconhecido como ideólogo da ESG, cujo “lema” era Segurança e Desenvolvimento, servindo de fundamentação teórica e política para o regime militar brasileiro (1964-85).

Introdução

A presença do general Golbery do Couto e Silva na história política do país, como no pensamento político brasileiro, é de notável importância e as análises daí decorrentes já suscitaram algumas controvérsias². Seu nome pode ser encontrado em estudos

² Os estudos acerca do Golbery guiam basicamente em duas direções: a primeira é a que enfatiza o caráter geopolítico de sua obra, analisando-o como um dos estrategistas das relações internacionais brasileiras; a segunda é a que enfatiza o seu caráter discreto enquanto ator político, havendo uma certa “mitologia”, devido a sua principal característica: a de ter sido uma “eminência parda”.

historiográficos e das ciências políticas, tanto quanto na área do jornalismo político, e a sua lembrança estará para sempre associada a um acontecimento histórico da maior relevância para a história política brasileira: o golpe de 1964, originado a ditadura que governou o país durante 21 anos.

A obra escrita de Golbery revela o pensamento de um militar intelectual contemporâneo a seu tempo e apoiado em uma visão histórico-filosófica do Ocidente. Resume de certa forma a ideologia dominante nas Forças Armadas brasileiras, arquitetada desde o rompimento do segmento militar denominado “Cruzada Democrática” com o governo Vargas em 1937, passando pela criação da Escola Superior de Guerra em 1949, até sua consolidação hegemônica através do movimento da denominada “Revolução de 1964”. A análise de seus livros indica precisamente a construção dessa ideologia de “cooperação ocidental” que propunha integrar o Brasil ao “bloco do Ocidente cristão-democrático” em oposição ao discurso da soberania nacional proposto pelo campo “nacionalista progressivo”. Não obstante, as causas e vantagens apontadas pelo autor sugerem um indisfarçável oportunismo patriótico através do discurso de cooperação. Se desse certo, o Brasil estaria no “primeiro mundo”.

Tão mais evidente é a visão ideológica que transcorre seus livros, estruturada mundialmente com a Guerra Fria, em que o Ocidente teria de se opor ao comunismo “ateu e totalitário”, por conta do qual as forças progressivas teria se tornado crescente vulnerável. O Brasil era então, na concepção de Golbery, um país de frágeis instituições políticas, e consolidar uma sociedade democrática, livre da “ameaça comunista” e da “xenofobia” do nacionalismo, dependeria de uma intervenção autoritária que suspendesse temporariamente as liberdades individuais para garantir, num futuro a curto prazo, a realização de uma nação política, econômica e socialmente moderna.

Sua visão histórica do ocidente, com base nas leituras da filosofia da história, se desenha tal qual um complexo mosaico de caráter fatalista, porém não ao absoluto, justamente por que composto de uma dualidade entre o pessimismo de Oswald Spengler e a esperança de Arnold Toynbee. Esta influência o levou a assumir uma postura visionária e redencionista ao propor a alternativa contraditoriamente autoritária para assegurar o desenvolvimento da democracia brasileira, o que estaria nos planos da estratégia ocidental de defesa de seus valores básicos ameaçados pelo comunismo.

A denominada “Revolução de 64” significaria, assim, um ato calculado de ruptura

política. Respondeu à demanda de alguns setores da sociedade insatisfeitos com a condução que se dava ao Estado brasileiro. Foi, grosso modo, a tentativa de modernizar a economia do país através de um modelo tecnocrático de crescimento rápido que o livraria da ameaça ideológica, mais que física, do comunismo prosa da Guerra Fria.

As ideias do general Golbery do Couto e Silva vem merecendo uma atenção ainda não suficientemente dispensada, senão de maneira superficial. O objetivo desse texto é analisar as raízes teóricas de seu pensamento, em suma, as teorias que ele absorveu em seu projeto político-ideológico.

O Pensamento de Golbery

Golbery sustentou a tese que vinculou um projeto global de desenvolvimento a um planejamento de segurança nacional³. Tal estratégia dá à obra o caráter de um planejamento capaz de levar o Brasil a condição de país desenvolvido, objetivo de época equívoca à sua inserção no chamado “Primeiro Mundo”. A viabilidade desse projeto dependeria da capacidade político-administrativa do Estado em organizar uma elite tecnocrática civil e militar para orientar este desenvolvimento com o auxílio da iniciativa privada e o apoio financeiro internacional.

O “guia” do projeto seria fornecido por uma doutrina de segurança nacional que preconizasse o apoio do Brasil à liderança dos Estados Unidos na defesa dos valores e interesses ocidentais, contra as pretensões universalistas do expansionismo soviético. A democracia estaria aí entre os valores fundamentais do ocidente e sua garantia demandava, segundo Golbery, a consecução do referido projeto de desenvolvimento. Sua execução implicaria numa eventual e temporária suspensão de direitos individuais com o objetivo de combater o oportunismo do inimigo comunista.

Acreditar em um desenvolvimento auto-sustentado, em seu entendimento, seria ignorar nossa defasagem tecnológica, que jamais seria superada sem a ajuda expressiva de um país adiantado e convicto da importância desse auxílio para a defesa do mundo ocidental. O objetivo de Golbery será, portanto, o de justificar a importância de um país sul-americano como baluarte do Atlântico Sul e, por consequência, tornar o Brasil a

³ Em outros termos, a Doutrina de Segurança Nacional, que Golbery ajudara a desenvolver enquanto instrutor da Escola Superior de Guerra entre 1952 a 1955. Para Birkner, “não haverá receios em afirmar que Planejamento Estratégico e Geopolítica do Brasil se confundem, pela semelhança, com a doutrina de Segurança Nacional” (BIRKNER, 1996, 33). Essa semelhança justifica-se já que o modelo defendido era planejamento, segurança e desenvolvimento.

opção preferencial por investimentos norte-americanos. Em *Geopolítica do Brasil*, para justificar a necessidade de investimento norte-americanos, Golbery faz minuciosas descrições da posição geográfica e política do Brasil frente aos seus vizinhos, demonstrando as possíveis vantagens que o país teria a oferecer para tratar a desejada aliança bilateral com os Estados Unidos⁴.

Para a consecução do planejamento que orientasse o desenvolvimento brasileiro à condição de país “desenvolvido”, exigiria do Estado, o surgimento de uma nova elite que agisse politicamente e administrativamente de forma centralizada, restringindo ou suspendendo liberdades individuais para evitar atitudes contestatórias que pudessem por em risco o planejamento para o desenvolvimento econômico.

Na *Geopolítica do Brasil*, aparece de forma muito clara a necessidade da aliança com os Estados Unidos, como única alternativa para o desenvolvimento. Porém, menos claro estava a face autoritária do planejamento. Golbery deixa implícito aquilo que Oliveira Vianna já havia explicado há décadas atrás. Assim, considerar as peculiaridades brasileiras significava, no fundo, admitir uma cultura política autoritária e democraticamente instável. Mais que isto, significava respeitar os ensinamentos da história que revelavam uma estrutura política marcada por vários momentos de centralização ou fechamento.

No Brasil, a garantia da unidade nacional e da estabilidade sempre dependeram da ação intervencionista do Estado para proteger “as mais profundas aspirações” de uma sociedade fragilmente estruturada. E, na ótica de Golbery, a instabilidade política do ocidente, aliada a vulnerabilidade da estrutura política nacional fazia ver a necessidade de suspender as liberdades democráticas para fortalecer, através da centralização do poder, as bases de uma futura sociedade democrática⁵. Golbery tinha, o que era próprio de seu conhecimento sobre a história do Brasil, noção da tradição ibérica de que o Estado sempre fora institucionalmente o fundador da sociedade, e não o contrário – leia-se a formação histórica das sociedades anglo-saxãs já descrita por Oliveira Vianna, em que o Estado é de certa maneira, o reflexo da sociedade.

⁴ Para Golbery, a aliança incondicional entre o Brasil e os EUA era fundamental para o Desenvolvimento brasileiro, porém em sua concepção o melhor modo de atrair os investimentos norte-americanos era demonstrando a importância estratégica do Brasil para a segurança nacional dos EUA, como fizera a Europa Ocidental logo após o término da II Guerra Mundial, recebendo em troca os financiamentos do Plano Marshall, assim como o Japão, com sua singular importância estratégica no pós Revolução Chinesa (1949) recebera financiamentos do Plano Colombo.

⁵ Esta é, aliás, a ideia mais clássica do pensamento de Oliveira Vianna.

Desse modo, a construção de uma sociedade moderna e “democrática” no Brasil também teria que ser obra do Estado. Ou seja, a falta de maturidade política da sociedade brasileira é a marca do pensamento de Golbery.

Não há dúvidas para Golbery de que democracia, bem-estar social e desenvolvimento econômico são sinônimos de segurança. Mas lhe é igualmente certo que estes componentes só serão alcançados através de um planejamento de segurança, que se não poderia partir de um governo despótico, tampouco seria possível através de um governo regulado pelas regras do jogo democrático da Quarta República (1945-1964). De todo modo teria de vir de um governo forte, já que a sociedade nunca lhe inspirara confiança. Aliás, isso conduz a outra concepção que Golbery sempre teve em mente: a de que jamais, em qualquer tempo, a construção política brasileira fora o resultado efetivo de grande participação da sociedade.

Pois quando Golbery fala da importância de se observarem “as raízes de um povo num passado tradicional ou recente”, está também aludindo a esta característica da formação social brasileira. Assim o autor vai demonstrando persuasivamente os limites a serem impostos a um povo que deseja alcançar suas mais genuínas aspirações: é implantando um regime político que respeite suas “mais genuínas” peculiaridades.

Contudo, se a democracia é uma aspiração permanente do povo brasileiro, pela sua identidade cultural de país ocidental, não é contraditório a Golbery admitir que o Brasil não tenha a necessária tradição democrática, no sentido de participação popular. Isto significa dizer, que em sua interpretação, a pré-disposição à democracia seria uma das propriedades do povo brasileiro, em razão do seu “espírito de liberdade”. Na contrapartida, porém, faltaria a experiência necessária no campo democrático, capaz de aperfeiçoá-la sem a ameaça da anomia social.

Se a democracia era um valor fundamental a ser alcançado, para ele, contudo, não era o próprio meio de sua consolidação. Golbery não entende a democracia como um processo, mas como um fim a ser realizado. É assim que ele via a realidade brasileira: uma sociedade convicta pelo ideal da democracia, porém sem uma cultura democrática madura. A democracia no Brasil não lhe parecia um processo de construção da própria sociedade, devendo ser uma espécie de concessão do Estado, possibilitada por etapas, até que a sociedade estivesse preparada para usufruí-la de modo mais amplo.

Em decorrência dessa visão, é fácil concluir que o desenvolvimento econômico

não poderia correr o risco de uma democracia frágil, e só poderia ser encaminhado em pleno ambiente de segurança nacional. Uma vez alcançado, é que tal desenvolvimento daria as bases para uma sociedade democrática. Manifesta-se aí a crença, comum a todos, de que não poderia haver democracia sem desenvolvimento econômico e que, por extensão, este desenvolvimento só poderia ser operado por um Estado tecnocrático e autoritário, que permitisse eficiência e controle social. Dentro desta ótica, portanto, democracia não é caminho para o desenvolvimento econômico.

Estreitamente vinculada a esta fragilidade democrática estaria a falta de racionalidade, outra “peculiaridade” da sociedade brasileira. A frente disso, um Estado brasileiro, mero reflexo, com significativos índices de ineficiência e corrupção, se mostraria incapaz de levar o país rumo a conquista de suas aspirações⁶. E não é senão este o sentido da Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, o de inculcar na sociedade brasileira um espírito disciplinado, de colaboração às suas elites, na direção de uma sociedade moderna e apta a se condicionar, preparar e assumir o compromisso com as suas aspirações num futuro que seria tanto mais próximo, quanto antes o Estado fosse capaz de encaminhá-lo, e construí-lo para que a sociedade dele desfrutasse.

Golbery e Mannheim

Após a II Guerra Mundial, houve um intenso debate acerca dos limites do liberalismo, ou melhor, do *laissez faire*, em que diversos teóricos sinalizaram para uma nova alternativa para o ocidente, na época vitorioso diante da ameaça nazi-fascista, porém tendo de enfrentar um novo rival político, ideológico e econômico, o marxismo leninista personificada pela União Soviética, que juntamente com as potências anglo-saxônicas, se consagrou como uma das vitoriosas da guerra, devido a enormes recursos humanos e industriais, e principalmente, pela sua orientação política, o stalinismo, caracterizado como um modelo totalitário de governo, porém baseado na concepção de planejamento da economia e da sociedade. Ou seja, a classe dirigente mantinha um rígido controle sobre as diretrizes, ou objetivos estratégicos do Estado.

Para Karl Mannheim, esse controle totalitário exercido não só pelo estado

⁶ Um estudo importante sobre os índices de racionalidade social e eficiência do Estado foi feito por Hélio Jaguaribe. O autor afirma que sociedades com baixo nível de racionalidade acabam gerando racionalidade pública proporcional, perpetuando o subdesenvolvimento. Segundo Jaguaribe, isto explicaria as extremas dificuldades de superação do subdesenvolvimento nas décadas seguintes a II Guerra Mundial (JAGUARIBE, 1992, 15).

soviético, mas como também pelos regimes nazi-fascistas fora fundamental para o seu rápido desenvolvimento econômico, devido a intensa burocratização realizada por essas ditaduras, transformando esses estados em verdadeiras potências mundiais, ao ponto de quererem dominar o mundo, no caso do regime nazista através da II Guerra Mundial, e a URSS através da Guerra Fria.

Observando a conjuntura de sua época, Mannheim teorizou o que seria o significado teórico da II Guerra Mundial, no caso, o ocaso do liberalismo clássico, baseado no individualismo possessivo e na livre-iniciativa. Em sua análise, teorizou sobre a necessidade da planificação da sociedade ocidental, como método para manter a liberdade, ameaçada na época pelo vigor totalitário, tanto de direita (fascismo), quanto de esquerda (comunismo), como podemos observar nesta passagem da introdução de Ernest Bramstedt e Hans Gerth:

Neste momento crítico da história, a posição estratégica é sustentada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Mantendo uma tradição democrática e moral-religiosa profundamente arraigada, estas duas sociedades ocidentais tem acompanhado gradualmente os Estados europeus no desenvolvimento de uma administração burocrática que opera ao lado dos seus tradicionais sistemas bipartidários. Estes países possuem, na opinião de Mannheim, a chave para a nova ordem social de 'planejamento para a liberdade'. Ali, organismos administrativos responsáveis, dispendo de ampla jurisdição e de poder centralizados, podem expandir-se de acordo com o legado de vida democrático e com a secular experiência de governo constitucional. As classes médias, cuja existência está ligada a uma terceira posição entre a reação e a revolução, suplementadas por grupos autônomos de elites intelectuais e competentes grupos de técnicos planificadores, são as pontas-de-lança da transição para a nova sociedade. Uma elite planificadora selecionada democraticamente pode elaborar o equilíbrio ótimo entre a autoridade centralizada e a delegação de poderes aos organismos locais e regionais. A audaz educação social para a vida e a reconstituição de grupos dirigentes, mediante a mesma planificada de grupos socialmente ascendentes, deverão facilitar o caminho que conduz à boa sociedade (MANNHEIM, 1927, 14).

Portanto, o “Estado administrador da sociedade” mereceu uma atenção especial de

Golbery⁷. Mannheim afirma que as novas técnicas sociais inspiradas na divisão do trabalho industrial favoreciam cada vez mais os governos de minoria (MANNHEIM, 1972, 24-25). Entendia técnicas sociais por métodos de adaptação individual ao padrão de organização social em que está inserido. Para o autor, o Exército era um exemplo de como funcionam as técnicas sociais. Dizia que as formas de autocontrole e obediência que viabilizavam o bom funcionamento do Exército deveriam a rigor servir de referência para a organização e controle social. Estas formas de controle social seriam necessárias devido ao crescimento demográfico e o consequente surgimento das sociedades de massa, demasiado complexas e arbitrárias para se auto-regularem como sociedades pequenas. O sociólogo húngaro dizia que esse controle podia ser autoritário ou, preferencialmente, democrático, mas que, com o fim do *laissez faire*, decorrente dos aumentos populacionais, surgia a necessidade do planejamento, onde os controles sociais não podiam ser ignorados. E esta planificação competiria necessariamente a uma minoria tecnicamente qualificada.

Essa concepção de planejamento planejado, como método para a liberdade num mundo marcado pela emergência do totalitarismo, de um lado, e do outro da degeneração da democracia em demagogia, levando a sociedade a anomia, influenciou profundamente o pensamento de Golbery, como podemos observar abaixo:

Cada vez mais, neste mundo complexo com que nos defrontamos, para alcançar quaisquer objetivos de monta, é preciso atuar em larga frente, em ações coordenadas a processarem-se nos vários campos abertos a nossa possibilidades de interferência. Daí a proposta de transformação da mentalidade do homem que Mannheim nos apresenta, discutindo a inadequação atual do pensamento linear, mesmo sob a forma superior de uma corrente circular de causalidade, e apresentando, como tipo evoluído e único compatível com a sociedade moderna, o pensamento planejado, exercendo-se em meio a uma estrutura multidimensional de fatos, desde uma posição dominante, verdadeiramente estratégica (SILVA, 1981, 21).

Com isso podemos afirmar, preliminarmente, que a obra de Mannheim serviu como um manual teórico para o Golbery, porém em “sinal invertido”, enquanto que

⁷ É de Mannheim o conceito de “pensamento planejado”, amplamente utilizado por Golbery, que o propõe em substituição ao “pensamento linear” de sua era.

Mannheim está comprometido com a causa democrática, defendendo-a com a emergência da planificação, diante da ameaça totalitária, a qual a Alemanha sucumbira na década de 1930, tendo como modelo a Inglaterra, a sua capacidade de associação e união, como fora a mobilização nacional durante a II Guerra Mundial, em que o comando político ficou nas mãos da administração centralizada de Winston Churchill, durante o seu bem sucedido governo de coalizão nacional (1940-1945). Golbery estava engajado em arquitetar um governo de exceção, visando eliminar do sistema político os inimigos de seu projeto político, para que depois do sucesso de sua empresa, pudesse entregar o Estado à sociedade, para que ela pudesse finalmente conceber a democracia livre à ameaça totalitária representada em sua visão pelo comunismo, e seus “quinta colonistas” infiltrados no Brasil...

Conclusão

Golbery reunira todos os fatores que pudessem justificar o seu pensamento, demonstrando o desenvolvimento da história política brasileira (fundamentando-se em Oliveira Vianna), demandando uma transição operacionalizada pelo Estado, para que o Brasil pudesse desenvolver economicamente, porém o Estado teria que ter outros atores políticos em seu comando, atores tecnocráticos, vinculados com o ideal do planejamento, e livre da instabilidade e da ambiguidade que o caracterizou durante a Quarta República (fundamentando-se em Mannheim). E as metas deste planejamento estariam plenamente assentadas na Doutrina de Segurança Nacional, cuja configuração ideológica nos autoriza realizar a seguinte afirmação: é a expressão do pensamento de Golbery, que influenciou a conjuntura nacional após a emergência da ditadura ao poder em 1964.

BIBLIOGRAFIA

BIRKNER, W. *O realismo de Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

COUTO E SILVA, C. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: Univercidade, 2003.

_____. *Planejamento Estratégico*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado. Ação, política, poder e golpe de classe*. 2ª ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Otávio. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

JAGUARIBE, H. *Problemas do Desenvolvimento Latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Sociedade, Estado e partidos políticos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MANNHEIM, K. *Diagnóstico de nosso tempo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STEPHAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.